



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REGISTRO DE IMÓVEIS DE ERECHIM
Comarca de Erechim
Bel. Erik Esswein Müller - Registrador Designado
Telefone : (54) 3522-1392

IMPUGNAÇÃO
NOTA EXPLICATIVA DE EXIGÊNCIA

Apresentantes: **RIO GRANDE DO SUL PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA**

Documento: **REQUERIMENTO PARA UNIFICAÇÃO DE IMÓVEIS.**

Protocolado(s) sob nº(s): **295502.**

Nota de Entrega: **169766**

Responsável pela Conferência: **Iuri Daniel Mariga**

Matrícula(s): **Matr. Lº02-RG 3.906; 4.984; 46.767.**

Prezado(a) Senhor(a):

Não foi possível efetuar o registro do título em epígrafe, uma vez que não atende os requisitos registrais da Lei 6.015/73 – Lei dos Registros Públicos – e da Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Recepcionada a documentação referente à fusão dos imóveis de matrículas nºs 3.906, 4.984 e 46.767 do Livro 2-RG deste Serviço, verificou-se que se faz necessário:

I) Apresentar a documentação com assinatura digital da responsável técnica e do presentante do proprietário nos padrões ICP-Brasil (art. 17, §1º, da Lei nº 6.015/73), ou, alternativamente, apresentar a documentação de forma física, pelo balcão de atendimento, com reconhecimento de firma dos mencionados presente e responsável, nos termos do artigo 221, II, da Lei nº 6.015/73;

II) Apresentar descrição técnica do perímetro (alternativamente: ângulos internos, vértices, azimutes e/ou coordenadas/georreferenciamento), nos termos do artigo 176, § 1º, II, item 3, da Lei nº 6.015/73, que permita sua inequívoca caracterização, inclusive para eventual perícia que se faça necessária, haja vista ser o profissional técnico responsável pela perfeita caracterização e identificação do imóvel;

III) Apresentar mapa/planta do qual conste a caracterização dos imóveis conforme matrículas e após a fusão, nos termos do artigo 225, e parágrafos, da Lei nº 6.015/73, observando-se, quanto às assinaturas, o mencionado no item I desta nota devolutiva;

IV) Apresentar ART/TRT/RRT devidamente quitado, nos termos do artigo 644 da CNNR/RS;

V) Apresentar a Portaria, ou outro documento hábil, que demonstre que Luiz Afonso Alencastre Escosteguy representa o proprietário dos imóveis. De igual maneira, caso pessoa diversa firme a documentação técnica, apresentar a Portaria, ou outro documento hábil, que demonstre os poderes de representação.

Consigna-se, finalmente, que **a qualificação exauriente, bem como o cálculo dos emolumentos, dependem da satisfação das exigências desta nota devolutiva**, razão pela qual na reapresentação será a documentação objeto de nova análise, **podendo ser solicitados novos documentos.**

Não querendo, ou não podendo, satisfazer as exigências acima Vossa Senhoria deverá proceder na forma do Art. 198 e seguintes da Lei nº 6.015/73 (Lei dos Registros Públicos), requerendo o encaminhamento do Procedimento de Dúvida ao Juízo competente.

Informo também, que nos termos do artigo 205 da Lei 6.015, de 31.12.1973, o número de

OBSERVAÇÃO: NÃO DESTAQUE ESTA NOTA. ELA DEVERÁ RETORNAR POR OCASIÃO DA REAPRESENTAÇÃO DO TÍTULO.-

ordem prevalecerá por somente (20) dias úteis contados da apresentação do título. Ainda, toda a documentação estará sujeita a nova análise quando da reapresentação.

Erechim, segunda-feira, 24 de abril de 2023

Atenciosamente;

Diego Pereira Barreto
Substituto do Registrador

Recebi em, ____/____/____

Interessado/Apresentante